



1st International Conference of the Third Sector

Management and Accounting Issues

Tecnologia Social e as possibilidades de interface entre as Organizações do Terceiro Setor e o Estado: um caminho a ser construído

Mauricio José Silva Cunha

Universidade Federal do Paraná

Carolina Bagatoli

Universidade Federal do Paraná

Resumo

O presente artigo visa provocar e estimular novas pesquisas, troca de experiências e estudos de caso neste vasto campo de possibilidades que são as experiências de tecnologia social a partir de Organizações do Terceiro Setor, e que tem potencial de serem replicadas em larga escala através das políticas públicas. As experiências em Tecnologia Social contam com um relevante campo de atores e de iniciativas em curso, mas ainda enfrentam o desafio de se disseminar para os mais diversos campos sociais e de conquistar espaço na agenda de prioridades de pesquisa. O artigo analisa as conceituações da literatura de Tecnologia Social e de Política Pública, abrindo o caminho para os potenciais de interface, mediada pelas Organizações do Terceiro Setor, entre estes dois campos. A proposta da Tecnologia Social enfatiza a perspectiva de que cidadãos, atores sociais, empreendimentos de economia solidária, organizações não-governamentais, movimentos sociais e outras instituições da sociedade civil organizada podem desenvolver, apropriar-se de, ou adequar tecnologias em benefício de sua coletividade, e que estas experiências podem se tornar políticas públicas. Neste sentido, o Terceiro Setor deve exercer um papel protagonista na busca de alternativas sustentáveis e tecnologicamente adequadas para o desenvolvimento social, especialmente nos países em desenvolvimento. Segundo o ITS (2004, p.123), a necessidade de pesquisas na área da tecnologia social nasce com o esforço de reconhecimento do tipo de produção e atuação específica das Organizações Não-Governamentais (ONGs), que de modo geral revela uma relação diferenciada entre a produção e a aplicação de conhecimento. É um modo de legitimá-las junto ao sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação, permitindo que tenham acesso a recursos destinados à produção científica, tecnológica e inovativa do país”.

Palavras chave: Tecnologia Social. Políticas Públicas. Terceiro Setor.



1 INTRODUÇÃO

Segundo COSTA (2013), as experiências em Tecnologia Social contam com um relevante campo de atores e de iniciativas em curso, mas ainda enfrentam o desafio de se disseminar para os mais diversos campos sociais e de conquistar espaço na agenda de prioridades de pesquisa. Com o propósito de incidir em políticas públicas, isto é, que ações governamentais adotem experiências de Tecnologia Social das Organizações do Terceiro Setor como ação do Estado, é fundamental reconhecer os potenciais dessas iniciativas. Neste sentido, há muitas experiências de construção de Tecnologia Social testadas e sistematizadas a partir da sociedade civil e que foram apropriadas como política pública pelo Estado, e que deveriam ser objeto de mais pesquisas acerca deste processo de apropriação e disseminação.

Dentro desta linha, CAPELLA (2016) afirma que a compreensão de como os problemas são conceituados no processo e no mecanismo de formulação de políticas e as maneiras pelas quais as alternativas penetram na agenda política, são questões fundamentais para a apreensão da dinâmica da ação do Estado. Focalizar a formação da agenda governamental, compreender como as questões se tornam relevantes num determinado momento, mobilizando esforços e recursos, são também questões importantes, porém ainda relativamente pouco exploradas pela produção acadêmica em ciências sociais no Brasil.

Há um vasto campo de possibilidades a ser construído no desenvolvimento de Tecnologia Social a partir das organizações do Terceiro Setor, com potencial para se tornarem políticas públicas.

Segundo COSTA (2013), os debates em torno da Tecnologia Social partem de uma visão crítica das políticas de ciência, tecnologia e inovação e da própria agenda de pesquisa no Brasil, questionando o caráter periférico da problemática da inclusão entre as prioridades de pesquisa. Mais do que isso, problematizam-se também os atores legitimamente reconhecidos para pensar os problemas sociais em geral, isto é, busca-se combater a ideia de que cabe aos especialistas ou burocratas, devidamente capacitados com formações técnicas e metodologias testadas, a construção de soluções e de tecnologias para os diversos problemas cotidianos.

A proposta da Tecnologia Social enfatiza a perspectiva de que cidadãos, atores sociais, empreendimentos de economia solidária, organizações não-governamentais, movimentos



1st International Conference of the Third Sector

Management and Accounting Issues

sociais e outras instituições da sociedade civil organizada podem desenvolver, apropriar-se de, ou adequar tecnologias em benefício de sua coletividade, e que estas experiências podem se tornar políticas públicas. O conceito de Tecnologia Social, portanto, insere-se no debate sobre alternativas tecnológicas, partindo da concepção de que a tecnologia não é neutra, devendo ser analisado o seu uso no contexto político mais amplo.

As perguntas das futuras pesquisas acadêmicas relacionadas ao Terceiro Setor deveriam estar diretamente relacionadas às reflexões em torno da ponte entre tecnologia social e políticas públicas, trazendo à tona uma questão crucial: tendo estas como aspecto central a grande escala e o universalismo, e aquela a especificidade e a adequação sociotécnica, é preciso estabelecer uma mediação entre essas duas naturezas contraditórias. Como reaplicar tecnologia social em larga escala? Como desenvolver adaptação sociotécnica na escala necessária a uma política pública, sem desnaturalizar a própria tecnologia social? COSTA (2013, p. 29).

2 TECNOLOGIA SOCIAL

Definir tecnologia social é uma tarefa imbricada por complexidades várias. Na literatura, destacam-se ao menos duas formulações do conceito. A primeira consiste na definição mais usualmente utilizada no Brasil, da Rede de Tecnologias Sociais (2006 p.14): Tecnologia social compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social. Outra definição é proposta por DAGNINO (2012), em um olhar para o processo produtivo e para a tecnologia social no âmbito do trabalho. Tecnologias sociais seriam a composição de artefatos ou processos que resultem da ação de um empreendimento com características peculiares, tais como: propriedade dos meios de produção coletiva, atividades econômicas realizadas de modo autogestionário e gestão e alocação dos resultados decidida de forma democrática.

DAGNINO (2014, p. 1), afirma ainda que Tecnologia Social também pode ser compreendida como o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção, e de um acordo social que legitima o associativismo, o qual enseja no



1st International Conference of the Third Sector

Management and Accounting Issues

ambiente produtivo um controle autogestionário e uma cooperação de tipo voluntário e participativo, é capaz de alterar este processo no sentido de reduzir o tempo necessário à fabricação de um dado produto e de fazer com que a produção resultante seja dividida de forma estabelecida pelo coletivo. Tal definição reflete a correlação de forças existente no conjunto ideologicamente heterogêneo de atores envolvidos com a Tecnologia Social, o qual abriga desde os que a entendem como um elemento das propostas de Responsabilidade Social Empresarial, até os que labutam em prol da construção de uma sociedade socialista .

Segundo DAGNINO (2014), essa heterogeneidade conceitual talvez explique a abrangência e complexidade da temática, e porque a Tecnologia Social vem sendo tão amplamente difundida no Brasil, já que objetiva o desenvolvimento de tecnologias alternativas à tecnologia convencional, que é produzida pela e para a empresa privada. Desta forma, ganha força a ideia de que é necessário, para resolver os diversos problemas sociais, o desenvolvimento de uma tecnologia muito diferente da convencional ou capitalista.

De acordo com COSTA (2013), o termo Tecnologia Social é pensado de forma ampla para as diferentes camadas da sociedade. O adjetivo "social" não tem a pretensão de afirmar somente a necessidade de tecnologia para os pobres ou países subdesenvolvidos. Neste sentido, ele remeteria ao reconhecimento de que os artefatos são socialmente construídos. Também faz a crítica ao modelo convencional de desenvolvimento tecnológico e propõe uma lógica mais sustentável e solidária de tecnologia para todas as camadas da sociedade. Tecnologia social implica participação, empoderamento e autogestão de seus usuários. Ainda segundo COSTA (2013, p. 18), a proposta da tecnologia social defende o desenvolvimento e utilização de tecnologias para inclusão social, com base na compreensão de que homens e mulheres devem estar envolvidos em um constante processo de ação e reflexão, de modo que a interação entre indivíduo e tecnologia permita expressar ações que valorizem uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável . A Tecnologia Social alicerça-se, portanto, em duas premissas fundamentais para sua propagação: a participação das pessoas das comunidades que as desenvolvem e a sustentabilidade nas soluções apresentadas.

Aprofundando os conceitos centrais na proposta de pesquisa, DAGNINO (2014) faz um contraponto entre a Tecnologia Convencional e a Tecnologia Social. À primeira, ele aponta, entre outras, algumas características: segmentada; maximiza a produtividade em



1st International Conference of the Third Sector

Management and Accounting Issues

relação à mão de obra ocupada; alienante; possui padrões orientados pelo mercado externo de alta renda; hierarquizada e monopolizada pelas grandes empresas dos países ricos. Embora as características da Tecnologia Social já tenham sido, por exclusão ou por negação, enunciadas ao se criticar a Tecnologia Convencional, é possível adicionar alguns elementos: ela é adaptada a pequeno tamanho; liberadora do potencial físico e financeiro, e da criatividade do produtor direto; não discriminatória; orientada para o mercado interno de massa; deve ser adaptada ao reduzido tamanho físico e financeiro; e capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários e as pequenas empresas.

Segundo o ITS (2004, p.123), a necessidade de pesquisas na área da tecnologia social nasce com o esforço de reconhecimento do tipo de produção e atuação específica das Organizações Não-Governamentais (ONGs), que de modo geral revela uma relação diferenciada entre a produção e a aplicação de conhecimento. É um modo de legitimá-las junto ao sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação, permitindo que tenham acesso a recursos destinados à produção científica, tecnológica e inovativa do país, e também organizar e disseminar experiências que contenham elementos de Tecnologia Social. A reflexão e a construção do conceito de Tecnologia Social devem ser capazes de melhorar práticas sociais e de contribuir para que novos significados para a produção de conhecimento sejam construídos, aproximando os problemas sociais de soluções e ampliando os limites da cidadania .

3 POLÍTICA PÚBLICA

DYE (2013), define Política Pública de uma forma muito simples, caracterizando-a como tudo o que os governos escolhem fazer ou não fazer. Os governos fazem suas escolhas dentro de um amplo leque de ações possíveis: eles regulam os conflitos sociais, organizam a sociedade para engendrar conflitos com outras sociedades, distribuem uma grande variedade de recompensas simbólicas e serviços materiais para os membros da sociedade e extraem dinheiro da sociedade (mais frequentemente na forma de impostos). Além disso, as políticas públicas podem regular o comportamento, organizar burocracias, distribuir benefícios, extrair impostos, ou fazer tudo isso ao mesmo tempo.



Para o autor, a análise de política consiste em descobrir o que o governo faz, porque faz, e que diferença, se é que há alguma, ela faz. Da análise de políticas, podemos aprender, em primeiro lugar, a descrição; ou seja, é possível descrever o que o governo está fazendo (e/ou não está fazendo). Em segundo lugar, podemos inquirir sobre as causas, ou determinantes, da política pública. Por que os governos fazem o que fazem? Podemos inquirir sobre os efeitos das instituições políticas, processos e comportamentos na arena das políticas públicas. Em terceiro lugar, é possível inquirir a respeito das consequências, ou impactos, da política pública. Aprender sobre as consequências da política pública é frequentemente relacionado à avaliação de políticas. Que diferença, se é que há alguma, a política pública faz nas vidas das pessoas? É possível também inquirir sobre os efeitos da política pública nas instituições políticas e processos.

DYE (2013) afirma ainda que o estudo da política pública corresponde à descrição e explanação das causas e consequências da atividade governamental. Este foco envolve uma descrição do conteúdo da política pública, uma análise do impacto das forças sociais, políticas e econômicas que engendram os seus mecanismos.

4 TECNOLOGIAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA INTERFACE ENTRE O TERCEIRO SETOR E ESTADO

As experiências em Tecnologia Social e as políticas públicas possuem características comuns, entre as quais podemos elencar: atendem (ou deveriam atender) a demandas da sociedade, resultam de interações sociais, envolvem atores públicos e privados, promovem (ou deveriam promover) o desenvolvimento e a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, assim como fortalecem e estimulam a organização com participação social e política, proporcionando a inclusão social por meio da geração de trabalho e renda. No entanto, mesmo diante deste quadro, permanece o grande desafio de transformar essas inovações oriundas de experiências da sociedade civil em políticas públicas. Vistas apenas como boas práticas, as tecnologias sociais deixam de ser enxergadas no horizonte das políticas.



1st International Conference of the Third Sector

Management and Accounting Issues

Há tecnologias que ao mesmo tempo são agrícolas, ecológicas, econômico-solidárias, promovem a segurança alimentar e representam modelo de negócio com planejamento de expansão; porém, por serem justamente multisetoriais, precisam de um amplo leque de articulação entre as organizações da sociedade e várias áreas governamentais para garantir a plena realização de todas as suas dimensões. Em geral, as Tecnologias Sociais têm dimensão local. Aplicam-se a pessoas, famílias, cooperativas, associações. O que a princípio é uma vantagem é também uma dificuldade para que sejam vistas em termos de um projeto nacionalö RTS (2004, p. 66).

Nesta interação entre sociedade civil e Estado, problematizam-se os processos que se dão no sentido de transformar tecnologias sociais em políticas públicas, seus atores e interesses. Neste sentido, HAM e HILL (1993, p. 13) analisam as õimplicações do fato de que a política envolve antes um curso de ação ou uma teia de decisões que uma decisãoö, destacando vários aspectos, dentre eles a rede de decisões de considerável complexidade e a série de decisões que, tomadas em seu conjunto, encerram mais ou menos o que é a política.

RUA (2009), citando como exemplo a experiência do Movimento pela Cidadania contra a Fome e a Miséria e o Programa Bolsa Família, faz a distinção entre a natureza da ação das organizações da sociedade civil e do Estado, apontando que as primeiras estão sujeitas apenas às suas próprias normas e regulamentos internos, enquanto o Estado, através do chamado poder extroverso, estende o seu poder regulatório à toda a sociedade, ultrapassando os seus próprios limites organizacionais. Este poder não é próprio das entidades privadas, mesmo que ajam visando ao benefício público ou que agreguem a participação de amplas coletividades. Já CAPELLA (2006) problematiza um dos aspectos da proposta deste artigo, isto é, a questão de como as agendas governamentais são formuladas e alteradas, utilizando o modelo de Múltiplos Fluxos (Multiple Streams Model) desenvolvido por John Kingdon, (2003) e o modelo de Equilíbrio Pontuado (Punctuated Equilibrium Model), de Frank Baumgartner e Brian Jones (1993). KIHARA (2018) analisa, através de um estudo de caso, o processo de entrada de uma experiência de Tecnologia Social na agenda decisória, tendo como referencial analítico o Modelo de Múltiplos Fluxos de Kingdon, e constatando que os aspectos técnico e político trazem elementos importantes, mas que somente fazem sentido para entender a agenda decisória quando acoplados, já que são interdependentes.



1st International Conference of the Third Sector

Management and Accounting Issues

O presente artigo visa, portanto, provocar e estimular novas pesquisas, troca de experiências e estudos de caso neste vasto campo de possibilidades que são as experiências de tecnologia social a partir de Organizações do Terceiro Setor, e que tem potencial de serem replicadas em larga escala através das políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. BIB, São Paulo, n. 61, 1 semestre de 2006, p. 25-52.

COSTA, Adriano Borges, (Org.) Tecnologia Social e Políticas Públicas. -- São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013.

DAGNINO, R. Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, 318 p. Disponível:

https://archive.org/stream/9788578793272/9788578793272_djvu.txt (Acessado em 24 de setembro de 2018)

_____. A tecnologia social e seus desafios. In: Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 19-34. Disponível: <http://books.scielo.org/id/7hbdt/pdf/dagnino-9788578793272-04.pdf> (Acessado em 18 de setembro de 2018)

_____. Revista do Observatório do Movimento pela Tecnologia Social da América Latina, volume 1 - número 1 ó julho de 2011

_____. (org.) Tecnologia social e economia solidária: construindo pontes [documento de trabalho do curso Gestão Estratégica em Tecnologia Social]. Campinas: Gapi/Unicamp, 2012.

DYE, Thomas R. Policy analysis: what governments do, why they do it and what difference it makes. In: _____. Understanding Public Policy. 14a ed. Harlow (England): Pearson Education Limited, 2013, pp.3-14.



1st International Conference of the Third Sector

Management and Accounting Issues

GEERTZ, Clifford. "Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura". In: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. p. 13-41.

_____. "Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico". In: GEERTZ, Clifford. *O Saber Local*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 85 - 107.

HAM, Christopher; HILL Michael. *The policy process in the modern capitalist state*. Londres, 1993.

ITS é INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL (org.) *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: FBB, 2004. p.117-34.

KIHARA, Wellington Minoru. *Tecnologia social e agenda decisória: uma análise do Programa Um Milhão de Cisternas / Wellington Minoru Kihara, 2018. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.*

KINGDON, John W. *Agendas, alternatives, and public policies*. 3.ed. New York: Harper Collins, 2003.

RTS é REDE DE TECNOLOGIAS SOCIAIS. *Caderno de textos-base para discussões do I Fórum Nacional da Rede de Tecnologia Social*. Salvador, 2006.

RUA, Maria das Graças. *Políticas Públicas*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CPES: UAB, 2009.

Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento / Fundação Banco do Brasil é Rio de Janeiro: 2004.